

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**Ata Reunião Ordinária de Setembro de 2023.**

Aos vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três, reuniram-se na sala oito no Centro de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Professora Águeda Thereza Binotti Pires, localizado na Avenida Marechal Rondon, 263 - Centro, Osasco as seguintes conselheiras: Tatiana Macedo Silva Rosa, Régia Flora Dias Araujo Cavalcante, Mariana de Vilhena Bermegui e Rosi Andreysuk. Justificaram as ausências: Glória Paula Sobral Fernandes, Aline Cristina Santana Wenceslau, Eloina Valentim Torres e Rosimeire de Oliveira Rodrigues. A presidente Tatiana deu início a reunião lendo a ata de agosto, aprovada pelos membros presentes e de forma on-line via grupo do whatsapp os que não estavam presentes no momento da reunião. A presidente Tatiana informou o resultado da visita a EMEF José Martiniano de Alencar, por conta de uma denúncia que recebemos, onde diz que estavam fazendo descarte de seleta de legumes no lixo. As cozinheiras confirmaram que fazem o descarte com a orientação da nutricionista responsável da Unidade. O colegiado elaborou um relatório de visita e anexaram ao ofício que será enviado ao Senhor Secretário Municipal de Educação para as devidas providências. A Conselheira Rosi compartilhou com o colegiado a sua experiência ao participar do II Encontro Nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar, organizado pelo Fórum Nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com tema central "Os Desafios dos Conselheiros na Defesa do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)". O encontro teve como Palestrantes: SANDRA PEDROSO, Presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Estado do Rio de Janeiro e MARCELO COLONATO, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar. Tema: "Os Desafios dos Conselheiros na Defesa do PNAE". Conselhos foram criados para acompanhamento de gestão pública pela Constituição Federal de 1988. Conselheiros da Alimentação Escolar, prestam serviço público relevante, não remunerado com mandato de 4 anos. Existe a necessidade de capacitação e formação do Conselheiro, em Fóruns, Encontros, Congressos, Reuniões e pela Entidade Executora. Os Conselheiros da Alimentação Escolar devem ter conhecimento da Resolução 6/2020 e de materiais publicados no site do FNDE. Devem se orientar pela Cartilha para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para fiscalização da aplicação dos recursos financeiros. ELIENE SOUZA – Nutricionista do Centro de Excelência Contra a Fome (WFP - ONU). "Tema: Alimentação Escolar ao Redor do Mundo. O Centro de Excelência Contra a Fome – WFP (World Food Programme)" – tem como objetivo a FOME ZERO até 2030. O PNAE, como é hoje, é referência para diversos países da América do Sul, África e Ásia, são mais de 80 países do hemisfério sul que seguem o exemplo da alimentação brasileira. Objeto é assegurar que experiências exitosas de combate à fome estejam disponíveis em qualquer país. O principal projeto é "Nutrir o Futuro" com educação



alimentar e nutricional. MARCIO PACHECO – Tribunal de Contas da União – TCU. “Tema: Denunciando as Irregularidades.” O TCU, busca parceria dos controles sociais para fiscalização da utilização da verba pública. O CAE, tem o poder e o dever de relatar inconformidades na utilização da verba pública. MARGARETH TEIXEIRA – União de Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do RJ – UNACOOOP. “Tema: Como Impulsionar o Fornecimento da Agricultura Familiar nas Escolas Estaduais.” Para impulsionar o fornecimento é importantíssimo a parceria do Nutricionista RT com os pequenos agricultores, na elaboração de cardápios com produtos de época. Dificuldades dos agricultores, falta de documentação exigida em editais, embalagens exigidas pela Vigilância Sanitária, quantidade de produtos, entrega ponto a ponto. Ideal é a diversidade de produtos, flexibilização da documentação exigida. CAROLINE MORGADO – Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região. “Tema: Nutricionista no Programa PNAE.” Principais funções do Nutricionista do PNAE: Planejamento dietético (cardápio, compras, abastecimento, controle, teste de aceitabilidade), Monitoramento Sanitário (condições estruturais das cozinhas das escolas, condições sanitárias das cozinhas e refeitórios das escolas, treinamento dos Cozinheiros Escolares, normas da Vigilância Sanitária), Diagnóstico Nutricional, Educação Nutricional, Formação de Professores em Educação Nutricional. SILVIA CRISTINA FARIAS – Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar (REANE). “Tema: Experiências de Formação de EAN (Educação Alimentar e Nutricional) para Gestores Escolares (case Rio de Janeiro).” A Educação Alimentar e Nutricional, deve conversar com todas disciplinas. Refletindo sobre “Comida de Verdade. O Projeto de EAN, deve ser elaborado junto com professores, tendo em vista: EAN nos currículos escolares, conforme Resolução 6/2020; o professor ser o principal agente no desenvolvimento no âmbito escolar; Mudança de hábito leva tempo e paciência, A alimentação pode ser trabalhada em qualquer matéria do currículo escolar, matemática, linguagem, história, geografia, inglês, etc. JORGINETE DAMIÃO – Núcleo de Políticas em Alimentação e Nutrição – NUCANE/UERJ, grupo de extensão e pesquisa CulinAfro/UFRJ. “Tema: Tem Comida de Quilombo na Escola? Desafios para as Comunidades de Quilombolas Urbanas Acessarem este Direito.” O ato de comer precisa ser um ato antirracista, é necessário dar visibilidade à culinária afro-brasileira como referência para alimentação saudável no âmbito escolar, valorizando a cultura alimentar quilombola. Esta alimentação não deve ser apenas em escolas localizadas em quilombos, mas também em escolas regulares, que possuem alunos destas comunidades. O mesmo deve ocorrer com alunos de comunidades indígenas. RENATA FLORES – Unidade de Nutrição e Segurança Alimentar Annes Dias – UNAD. “Tema: Planejamento Alimentar – case Rio de Janeiro.” No município do Rio de Janeiro, as Nutricionistas da Alimentação Escolar, estão localizadas na Secretária de Saúde, na Unidade de Nutrição e Segurança alimentar. Elaboram os cardápios, são responsáveis pelos editais, compras e logística de entrega de alimentos em Unidades Escolares. Também são responsáveis por receber laudos médicos e elaborar as orientações nutricionais para alunos



com necessidades especiais. MICHEL MOCEIN –CECANE UNIRIO. “Tema: PNAE e o Atendimento das Necessidades Especiais de Alimentação.” A alimentação para necessidades especiais, é uma garantia e deve ser oferecida aos alunos com laudo médico ou nutricional, conforme Resolução 6/2020. A alimentação deve ser ofertada pela escola, mesmo os responsáveis se voluntariando para levar, preferencialmente devem ser servidos os alimentos indicados fornecidos pelo programa de alimentação escolar. A seletividade alimentar no Transtorno do Espectro Autista (TEA), é possível ser atendida, mesmo com alimentos ultraprocessados, que são proibidos pelo PNAE, neste caso, os responsáveis podem enviar os produtos para a criança. O aluno com TEA deve ser acompanhado por serviço multidisciplinar para o processo de modificação de seletividade alimentar. Outros tipos de seletividade, como preferências, não se enquadram no PNAE. Fórmulas infantis diferentes da fornecida pela alimentação escolar, mesmo com pedido médico não é obrigatório o fornecimento. Alunos veganos, vegetarianos ou por motivos religiosos, devem ser atendidos, necessária declaração escrita pelos responsáveis. Os cardápios devem ser elaborados especialmente para estes casos, não pode simplesmente excluir o alimento proibido do cardápio normal. O CAE, deve sempre que tiver dúvidas, pode consultar o CECANE responsável por sua cidade. ERIKA RANGEL DE SOUZA SANTOS – Subsecretária de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – SEEDUC. “Tema: Importância do Controle Social no Desenvolvimento das Políticas Públicas.” A Constituição Federal de 1988, descentralizou o poder do Estado, com a abertura para a participação da sociedade civil na formulação e controle das políticas públicas nos três níveis – Municipal, Estadual e Federal-, através dos Conselhos de Direitos, que são órgãos colegiados, permanentes e deliberativos, responsáveis fiscalização, promoção e defesa das políticas públicas. Conselhos são espaços de participação social democrática, com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de prioridades, de conteúdos e recursos orçamentários. A composição plural e heterogênea, com representação da sociedade civil e do governo em diferentes formatos, caracteriza os conselhos como instâncias de negociação de conflitos entre diferentes grupos e interesses. Papel dos conselheiros (titulares e suplentes): Buscar aprimorar o conhecimento “in loco” da rede pública e privada prestadora de serviços; Manter-se atualizado em assuntos referentes à área e colaborar no aprofundamento das discussões para auxiliar as decisões do colegiado; Divulgar as discussões/decisões do Conselho nas instituições que representa e em outros espaços; Ser assíduo às reuniões e participativo; Desenvolver habilidades de negociação e prática de gestão intergovernamental; Conhecer o marco legal que rege os serviços, benefícios e programas de acordo com cada política de atendimento ao Conselho que estiver filiado. Dentre os maiores desafios encontrados pelos Conselhos estão: Fomentar, qualificar e estimular a participação dos usuários enquanto sociedade; Promover eventos temáticos que possam trazer os usuários para as discussões da política, fomentando, assim, o protagonismo desses sujeitos; Fortalecer o Conselho como espaço legal e legítimo de



deliberação das políticas garantidoras de direitos; Apoiar e incentivar novas iniciativas para a criação de espaços de controle social, de forma que contemplem com prioridade a participação dos usuários dos serviços e benefícios da política. Assim, os desafios contribuem para que os resultados prezem pela transparência nas análises e no processo decisório, a garantia da qualidade das informações que são passadas aos conselheiros de forma a subsidiar a tomada de decisões, e a orientação das ações do conselho visando a garantia da qualidade dos serviços prestados. A Presidente Tatiana compartilhou o extrato de prestação de contas, enviado pela Secretaria Municipal de Finanças, referente a verba do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Ao analisar o documento, observamos que, até a data deste relatório, não tinha sido usada a verba recebida para uso de compra de agricultura familiar. Diante dessa informação, elaboramos um ofício no qual será enviado para o Senhor Secretário Municipal de Educação solicitando a explicação do ocorrido. Conforme citado na reunião anterior, a necessidade da divulgação da importância do CAE: reforçamos o pedido de nossas identificações (crachás e o vídeo para divulgação) onde obtivemos a informação que estava no departamento de comunicação aguardando a confecção. Outro ponto abordado, devido o grande número de reclamações, denúncias, irregularidades e insatisfações encontradas em nossas visitas de fiscalização referente ao cardápio, efetuamos um relatório do primeiro semestre com todos os pontos observados que será enviado ao Senhor Secretário Municipal de Educação para as devidas providências. Com base também em nossas visitas podemos observar: contestações frequentes e a comprovação da rejeição do pão francês, iremos enviar um ofício solicitando uma visita ao fornecedor do pão francês. Devido a falta de respostas dos relatórios enviados de 2021 até a presente data, resolvemos fazer uma convocação ao Secretário Municipal de Educação para participar de uma reunião do Conselho para que possa explicar o(s) motivo(s) da falta de resposta dos ofícios enviados por este Conselho. O Gerente Administrativo dos Conselhos da Educação, senhor Cleber Fernando Loureiro se prontificou em fazer contato com Secretário Municipal de Educação antes da convocação. Outro ponto abordado foi a necessidade de uma eleição para os cargos em vacância. Faremos um levantamento junto ao colegiado para que assim possamos preparar as novas eleições. Não havendo mais nada a tratar a Presidente agradece a presença de todas e encerra a reunião. Eu, Tatiana Rosa, lavrei a presente ata.